



O Corpo de Conhecimento para o Ensino em Perícia Contábil nos Programas de Graduação

Eloiza Andresa Brosko

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

eloiza.and@hotmail.com

Silvana Anita Walter

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

silvanaanita.walter@gmail.com

Sidnei Celerino da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

sidnei.silva@unioeste.br

Udo Strassburg

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

udo.strassburg@unioeste.br

Eduardo Guedes Villar

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

eduardogvillar@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como se constitui o corpo de conhecimento em Perícia Contábil nos cursos de graduação em Contabilidade. Quanto aos seus objetivos, classifica-se, como descritiva. No que tange aos procedimentos, se classifica como um estudo de casos múltiplos. Em relação à abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa. No que se refere à aplicação, se classificará como teórico-empírica. Empregou-se a análise de conteúdo de Bardin (2015), através da técnica de análise categorial. Os achados revelam que é essencial a relação da teoria com a prática no processo de ensino, bem como a necessidade constante de atualização para transmitir aos alunos os conhecimentos essenciais e atuais. Entre as obras mais utilizadas, destacam-se as de Sá (2011), Magalhães *et al.* (2009) e Ornelas (2011). Tais obras abordam a parte conceitual da área, a sua aplicação e procedimentos. Como autores essenciais para o ensino em Perícia Contábil os achados apontam Magalhães como o autor mais referenciado pelas disciplinas estudadas, seguido de Ornelas, Sá, Adalberto, Hoog, Souza, Favero, Lonardoni, Attie, Costa, Crepaldi e Zanna que tratam sobre os aspectos da área. Sugere-se ainda, que entidades representativas dinamizem os processos para que haja uma maior flexibilização no ensino da área contábil.

Palavras-chave: Ensino; Conteúdos; Perícia Contábil; Contabilidade.

Linha Temática: Pesquisa e ensino da Contabilidade.





1 Introdução

A perícia existe desde os mais remotos tempos da humanidade. Alberto (1996) afirma que uma vez que se reúnem na sociedade, inicia-se o processo de civilização, e acredita que, seja com base na experiência ou com maior força física, uma pessoa na sociedade primitiva é, também perito, juiz, legislador e executor, porque na sua perspectiva estuda, julga e executava as leis. “Obviamente, não era a perícia, mas, o germe básico correspondente ao exame de situação, coisa ou fato, ali estava.” (Alberto, 1996, p. 20)

A perícia contábil foi incluída no Brasil pela primeira vez para debate na classe no I Congresso Brasileiro de Contabilidade de 1924. Nesse congresso chegaram à conclusão sobre a necessidade de dividir três funções na classe, ou seja, as de: contador, guarda livros e perito, além de emitir a conclusão sobre a eminente necessidade de Oficialização da perícia judicial, cujos trabalhos seriam atribuídos privativamente aos membros das ditas Câmaras, ou seja, se atribuiria aos Conselhos de Contabilidade, quando criados, a fiscalização do importante trabalho do perito (Sá, 2009).

O Decreto nº 5.746, promulgado em 1929, foi introduzido pouco depois, de forma ainda incompleta, mas, previa a obrigatoriedade de atribuir-se apenas ao Contador a perícia. Sá (2009) afirma que o contínuo encontro de profissionais da contabilidade fez de 1931 um ano glorioso para o surgimento de instituições em várias partes do Brasil, surgindo, então, a Câmara de Peritos Contadores.

Precisamente, foi com o segundo Código de Processo Civil, Lei nº 5.869/73, e das alterações pelas Leis Complementares ao CPC, que os peritos judiciais obtiveram uma legislação ampla, clara e aplicável (Magalhães, *et al.* 2009). Com o passar dos anos, várias atualizações foram feitas, até chegar ao Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015 que entrou em vigor desde 2016, o qual reconhece a importância da prova pericial e apresenta grandes inovações para designação do perito.

A demanda por perícia contábil, em juízo ou fora dele, no Brasil, de acordo com França e Barbosa (2015), tem sido recorrentemente requerida quando há necessidade de prova documentada por especialista, da profissão de Contador, sobre a fidedignidade de dados e informações de natureza contábil ou produzidos pela contabilidade.

O trabalho da perícia contábil impõe desafios como à exigência de conhecimento técnico avançado das regras contábeis, da legislação aplicável, de tecnologias, de outras áreas correlatas, como cálculo financeiro, por ser atividade multidisciplinar (Sá, 2009).

Para a obtenção do conhecimento exigido a esse profissional, Pereira (2006) afirma que deve ter início no conteúdo da disciplina de “perícia”, que intuitivamente deve ser ofertada em cursos de graduação em contabilidade.

Para que a Perícia Contábil possa desempenhar um papel relevante na sociedade, auxiliando e promovendo o suporte às decisões de juízes sobre controvérsias é imprescindível que haja atitudes de melhor planejamento na educação (França & Barbosa, 2015).

De acordo com Júnior, Souza, Parisotto e Palmisano (2016) a academia desempenha um papel importante no processo de produção e disseminação de conhecimento, como publicar em revistas científicas o conhecimento desenvolvido nas pesquisas, viabilizando o compartilhamento.

No entanto, há a necessidade de identificar processos que interpretem e classificam a difusão do conhecimento. Neste cenário, Júnior, Souza, Parisotto e Palmisano (2016) afirmam que entre as diferentes abordagens de interpretação e classificação da difusão do conhecimento,



destaca-se a concepção de Berger e Lukmann.

O ensino de perícia tem sido investigado sob diferentes enfoques: Pereira (2006) averigou a preparação para o exercício profissional dos egressos, por meio de consulta a magistrados e professores. Peleias *et al.* (2011) analisaram as condições de ensino da disciplina perícia contábil em dois grupos de cursos, um classificado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outro por acessibilidade. Enquanto, Soares *et al.* (2012) pesquisaram as características do ensino de perícia nos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras.

Os estudos da área têm desenvolvido esforços para conhecer em maior profundidade como a perícia contábil é ensinada, contudo tais estudos são fragmentados, abordando partes específicas. Com base nesta lacuna, este estudo se diferencia dos demais desenvolvidos até o momento em virtude de analisar como se constitui o corpo de conhecimento aplicado ao ensino em Perícia Contábil nos programas de graduação, despertando uma reflexão sobre o conteúdo curricular de perícia nos programas graduação em Contabilidade.

No aspecto teórico, a pesquisa se justifica relevante, pois pode contribuir para o aprimoramento do campo de ensino em Perícia Contábil, identificando os conteúdos e obras mais importantes. No aspecto prático, espera-se que o estudo possa dar subsídios para a atuação do professor, na construção de sua disciplina e na formação dos futuros profissionais da Perícia.

A pesquisa se justifica também em virtude da escassez de pesquisas que tem como objeto de estudo o corpo de conhecimento aplicado ao ensino em Perícia Contábil nos programas de graduação em Ciências Contábeis e explorando aspectos que não foram identificados ou não explorados por outros trabalhos da mesma natureza anteriormente.

A pesquisa foi desenvolvida com o propósito de responder a seguinte questão: **como se constitui o corpo de conhecimento aplicado ao ensino de Perícia Contábil nos programas de graduação em Contabilidade?** Como objetivo geral, pretende-se analisar como se constitui o corpo de conhecimento em Perícia Contábil nos cursos de graduação em Contabilidade. Como objetivos específicos: a) identificar os conhecimentos destacados pelos docentes como essenciais para o seu trabalho; b) identificar as obras clássicas utilizadas nesta área.

O estudo tem como delimitação as instituições públicas e privadas que ofertam no curso de Ciências Contábeis a disciplina de Perícia Contábil. No total, doze instituições participaram da pesquisa, sendo dez localizadas no estado do Paraná, uma em Santa Catarina e uma no Mato Grosso do Sul. A variável estudada é o corpo de conhecimento em Perícia Contábil. Os dados foram coletados no período de dezembro de 2020 a março de 2021.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. Além desta introdução, a segunda seção apresenta a fundamentação teórica que sustenta a interpretação dos achados, a terceira diz respeito à apresentação dos procedimentos metodológicos, a quarta seção apresenta a análise e discussão dos resultados e, por fim, a quinta seção onde são retratadas as considerações finais.

2 Revisão da Literatura

Nesta seção, são abordados os principais aspectos teóricos que fundamentam a condução do estudo como o ensino de Perícia Contábil, as escolhas pedagógicas e metodológicas no ensino, os papéis dos professores e os estudos anteriores.

2.1 Campo de conhecimento de Perícia Contábil



A criação do curso de Ciências Contábeis no Brasil ocorreu por meio do Decreto-Lei 7.988 de 22/09/1945. Desde então, se verifica um grande crescimento do número de Instituições de Ensino Superior e do número de vagas para os alunos.

Em 1939, o Código de Processo Civil (CPC) estabeleceu vagas regras sobre a perícia. No entanto, Magalhães *et al.* (2009) afirmam que somente em 1946 com a instauração do Decreto-lei nº 9.295 que se pôde dizer institucionalizada a Perícia Contábil no Brasil, pois criou-se o Conselho Federal de Contabilidade e definiu-se as atribuições do contador.

Os contadores precisam possuir uma ampla visão de mercado nacional e internacional, conhecimentos e habilidades específicas, sendo obtidas por meio do ensino, onde os futuros profissionais adquirirão conhecimento através de educação superior tradicional e aplicam os conhecimentos em treinamentos (Rezaee & Burton, 1997).

Neste cenário, Neves Júnior e Felix (2009) afirmam que surge a figura do perito contador, que precisa possuir habilidades e conhecimentos técnicos e científicos de contabilidade entre outras áreas, para que o exercício de sua profissão seja com eficiência e qualidade.

Singleton *et al.* (2006) comentam que para qualquer que seja a forma requerida o perito contábil deve ter sólidos conhecimentos de sistemas contábeis, sistemas de controles, regramento contábilístico, legislação aplicável, cálculo financeiro, e tecnologias, para o desempenho adequado do profissional.

Para que haja melhorias na qualidade do ensino da perícia contábil, Neves Júnior e Silva (2009) citam que é preciso mudanças curriculares e estruturais nas instituições de ensino superior, dedicação e compromisso assumido pelos professores na capacidade de formar profissionais e principalmente o interesse do graduando em se aperfeiçoar e se especializar.

Com objetivo de melhorar a qualificação dos futuros profissionais na área contábil, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) aprovou a Resolução n.º 10 de 16/12/2004 que institui as Diretrizes Curriculares e Nacionais (DCN) para o curso de Graduação de Ciências Contábeis, Bacharelado.

O artigo 5º, inciso II, da CNE/CES n.º 10/2004 define conteúdos de Formação Profissional como estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.

Desse modo, Neves Júnior e Felix (2009) mencionam que as instituições deverão estabelecer através de projetos pedagógicos que os estudantes desenvolvam competências e habilidades profissionais, e que precisam possuir sistemas de avaliação tanto por parte do estudante, como do curso, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade.

O Decreto nº 1.339 de 1905 traz as primeiras noções de perícia contábil no âmbito legal. Peleias (2006) esclarece esse decreto exige como características do curso uma formação geral, essencialmente prático, que habilitava para as funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da área da Fazenda.

Contribuindo para a difusão na área, Rodrigues, Moreira, Firmino e Silva (2016) citam que o Decreto Nº 20.158 de 1931 se torna a primeira norma legal que regulamenta a profissão de contador no Brasil, estabelecendo o curso técnico de perito-contador, elencando as seguintes disciplinas obrigatórias para o currículo, na Tabela 01:



Tabela 1. Disciplinas obrigatórias

Disciplinas Obrigatórias		
Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Contabilidade (noções preliminares)	Contabilidade mercantil	Contabilidade industrial e agrícola
Matemática comercial	Matemática financeira	Contabilidade bancária
Noções de direito constitucional e civil	Noções de direito comercial terrestre	História do comércio, indústria e agricultura
Legislação fiscal	Merceologia e tecnologia merceológica	Prática do processo civil e comercial
Estenografia	Técnica comercial e processos de propaganda	Seminário econômico
Mecanografia	Economia política e finanças	Estatística

Fonte: Rodrigues, Moreira, Firmino e Silva (2016).

Como observado na tabela, Rodrigues, Moreira, Firmino e Silva (2016) concluem que a estrutura curricular do curso técnico para perito-contador é composta por uma estrutura que exige uma atenção razoável para disciplinas do ramo do direito, economia e comércio, revelando, assim, as áreas de conhecimento mais importantes para o profissional da época.

Em 1951, com a publicação da Lei nº 1.401, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi desdobrado em dois cursos distintos: bacharel em Ciências Contábeis e bacharel em Ciências Atuariais, evidenciando como disciplina obrigatória “Revisões e Perícia Contábil”, no entanto, a nova legislação se omitiu quanto à descrição da disciplina de Perícia Contábil (Rodrigues; Moreira; Firmino & Silva, 2016).

Somente em 1992, com a Resolução CFE Nº 03 que se determinou que curso de contabilidade deve conter 2.700 horas de carga horária didática, necessitando ser concluída em no máximo sete e no mínimo quatro anos, classificando a disciplina de Perícia Contábil como integrante do quadro de componentes curriculares obrigatórios para o curso de graduação de Ciências Contábeis.

Atualmente, a Resolução CNE/CES Nº 10 de 2004 é o normativo vigente que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação de Ciências Contábeis, identificando a organização curricular a ser obedecida pelos Projetos Pedagógicos das Instituições de Ensino Superior do país.

Considerando que perícia contábil envolve todos os aspectos de competências e habilidades inerentes ao profissional contador e para que o especialista da área possa atuar munido de todos esses atributos, é fundamental o papel exercido pelas Instituições de Ensino Superior na formação acadêmica de cada profissional (Rodrigues; Moreira; Firmino & Silva, 2016).

Desse modo, cabe verificar os métodos de ensino que as Instituições de Ensino Superior que ministram o curso de Ciências Contábeis adotam para o processo de ensino de seus discentes.

2.2 Escolhas pedagógicas e metodológicas no ensino em Perícia Contábil

Um dos maiores desafios do curso de contabilidade é preparar seus alunos para a realidade econômica com responsabilidade e competência. No entanto, o indivíduo deverá estar aberto ao aprendizado que, segundo Kraemer (2005), é preciso que o profissional esteja sempre atualizado, fazendo cursos de especialização da sua profissão, exercitar a leitura e as pesquisas, e



ainda serem críticos, criativos, com raciocínio contábil e interesse pela pesquisa.

Como competência profissional pressupõe ao perito contador e assistente, que sejam capazes de pesquisar, examinar, analisar, sintetizar e fundamentar a prova no laudo pericial e no parecer pericial contábil, e por isso, precisam possuir conhecimentos atualizados da contabilidade, das normas brasileiras de contabilidade, das técnicas contábeis, da legislação relativa à profissão contábil, das normas jurídicas, em especial as aplicáveis à perícia (Neves Júnior & Felix, 2009).

Através das DCN para o curso de Ciências Contábeis as IES deverão estabelecer a organização curricular para os cursos por meio de Projeto Pedagógico. Tal projeto, de acordo com Vasconcellos (1995) é um instrumento teórico metodológico que tem o objetivo de ajudar os profissionais da educação a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, principalmente, participativa, ou seja, é um instrumento que expressa à reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola.

A preparação envolve a aplicação de métodos e técnicas de ensino referentes à teoria e a prática, e cabe aos professores e as universidades aplicá-los. Garcia, Cordeiro e Marion (1999), citam que a criatividade do professor é a base para a eficácia do método.

Enquanto que o método consiste em uma proposta filosófica pedagógica para o ensino, as técnicas de ensino são compostas por ferramentas que os professores utilizam para interagir com o aluno, de forma a ser um recurso na transmissão do conhecimento.

Todo profissional deve conhecer muito bem a teoria de sua profissão. Hoog (2012) afirma que se deve estudar as questões mais profundas da filosofia da Ciência Contábil, começando pela teoria pura da contabilidade, pois a perícia vai muito além de apenas compilar dados.

Em relação ao método do raciocínio contábil, Hoog (2012) cita que as metodologias são os procedimentos de governar o espírito em um processo de investigação, e que apesar de a teoria pura da contabilidade ter um método próprio, o do raciocínio contábil, vários são os métodos disponíveis aos peritos, citando o método comparativo e o método indutivo axiomático.

De acordo com Hoog (2012), o método comparativo pesquisa dois ou mais acontecimento, que ocorrem ao mesmo tempo ou em tempos distintos e efetua uma comparação entre estes fenômenos, enquanto que, o método indutivo axiomático toma por diretriz o paradigma de um axioma, ou seja, uma verdade reconhecida em afastar a semântica.

Soares *et al.* (2012) pesquisaram sobre as características do ensino de perícia nos cursos de ciências contábeis das universidades federais brasileiras. Realizaram uma compilação das ementas dos cursos nas universidades e observaram que a uma predominância das matérias essenciais ao trabalho do perito contábil, sendo que os principais tópicos abordados na disciplina são o laudo pericial, a legislação acerca da perícia e do perito, os procedimentos da realização da perícia, conceitos e áreas de abrangência da perícia contábil, como judicial e extrajudicial, entre outros temas. Além disso, Soares *et al.* (2012) identificaram que a disciplina é ministrada entre o quinto e décimo semestre, uma vez que 70,27% das universidades pesquisadas adotam 60 horas para esta disciplina e que em quase todas as universidades analisadas a disciplina é obrigatória.

Henrique (2008) analisou as condições de ensino da disciplina perícia contábil em cursos de Ciências Contábeis na grande São Paulo, em dois grupos de cursos, um classificado pelo ENADE e outro por acessibilidade. Seus resultados sinalizam e destacam a estratégia de aula expositiva e que nos dois grupos, os professores confundem a estratégia de pesquisa denominada “estudo de caso” com a estratégia de ensino do “método do caso”, e que os docentes procuram



variar as estratégias de ensino.

O método de caso (*method case*) é quando diversos problemas são introduzidos, inicialmente, pelo professor em cada caso e, posteriormente, os alunos realizam a análise e propõem ações e decisões específicas para cada caso.

Ainda, Henrique (2008) apresenta que entre os critérios de avaliação usados destaca-se a aplicação de prova na maioria, mas que, aplicam trabalhos em grupo, trabalhos e exercícios desenvolvidos em classe e extraclasse, participações em questionamento e debates.

Pereira (2006) investigou como promover o ensino-aprendizagem da disciplina Perícia Contábil no curso de Ciências Contábeis, e oferece uma proposta de conteúdo programático sobre perícia contábil composta por aula expositiva, seminário, palestra com especialista e estudo de caso. Nota-se, também, que os professores pesquisados por Pereira (2006) confundem a estratégia de pesquisa do “estudo de caso” com a estratégia de ensino denominada “método do caso”.

Já, Limongi e Miguel (2010) analisaram o impacto da atividade lúdica no desempenho de alunos que cursam a disciplina Perícia Contábil em Cursos de Ciências Contábeis ofertados por instituições de ensino superior da região da Grande Florianópolis, em Santa Catarina. Os autores citam que através do lúdico o professor apresenta desafios de forma divertida e criativa que levam a pensar sobre as diversas possibilidades de solução para um determinado problema. Os resultados da aplicação da atividade junto aos alunos demonstraram que houve aumento do desempenho médio dos alunos.

Antônio (2010) afirma que o docente precisa motivar seus alunos para que se sintam estimulados para o seu desenvolvimento e precisa compreender a forma de aprendizado do aluno, identificar como agir neste ambiente e adotar uma prática pedagógica que permita educar, produzir conhecimento e desenvolvimento, proporcionando ao indivíduo uma mudança de atitude.

Percebe-se que várias técnicas que permeiam os atos de ensinar a aprender na educação superior, tendo o estudante como centro desse processo e o professor como mediador.

Desse modo, torna-se essencial discutir os papéis dos professores no processo de ensinar.

2.3 Sociologia do conhecimento e Papéis dos professores de Perícia Contábil

Compreender o papel desempenhado pela perícia contábil e pelos professores dessa área na sociedade é uma questão que instiga. Mas antes, é necessário compreender de que forma a realidade social é apreendida e construída.

Para Berger e Luckmann (2004), a realidade é construída socialmente e a sociologia do conhecimento seria uma forma de analisar os processos que constituem a realidade. O conhecimento seria a certeza de que determinados fenômenos são reais e possuem características específicas (Berger & Luckmann, 2004).

Com relação ao papel, Berger e Luckmann (2004) afirmam que consiste em um conjunto de condutas socialmente compreendidas e internalizadas por um grupo de atores que passam a reproduzi-las no tempo. Ou seja, por meio da Teoria dos Papéis Sociais o indivíduo pode assumir diferentes papéis, tornando-se o principal autor e personagem dos acontecimentos do seu cotidiano.

Para Berger e Luckmann (2004) a sociedade é uma realidade objetiva, concreta e subjetiva. A sociedade é uma realidade que está fora do indivíduo, assim, ele não nasce membro dela, mas está pré-disposto a ser, cabendo a ele absorvê-la.

No primeiro momento todos os indivíduos compreendem os seus semelhantes, e no



segundo momento percebem o mundo como realidade social dotada de sentidos, assumindo o mundo no qual os outros vivem, criando-o e recriando-o interiormente. De acordo com Berger e Luckmann (2004) esse processo acontece em duas etapas, a socialização primária e secundária. A primeira é a introdução do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade. Neste momento ele não a escolhe e será naturalmente inserido nela e conhecerá outros indivíduos significativos, pessoas que se encarregaram de sua socialização. Já a segunda etapa, ocorre quando o indivíduo já socializado participa de outros setores do mundo objetivo dessa sociedade, ou seja, o indivíduo passa a vivenciar outras realidades sociais, ressignificando crenças e conceitos compreendidos previamente (Berger & Luckmann, 2004).

Segundo Berger e Luckmann (2004), os papéis sociais, podem ser definidos como as funções assumidas pelos atores, para realizar suas atividades, em um contexto social específico.

Desse modo, como os indivíduos realizam ações repetidas e recorrentes, os professores da disciplina de Perícia Contábil, partilham e interagem entre si, formando um mundo social, as quais tenderão a desenvolver conduta similar ao ensino, representando o papel social de professor em Perícia Contábil. No entanto, o papel do professor não se limita a ensinar e do aluno em aprender, mas, também, consiste na internalização de normas, valores e, até mesmo, de emoções (Berger & Luckmann, 2004).

Limongi e Miguel (2010) afirmam que a aprendizagem ocorre através da interação entre o professor e o aluno, que é realizada pelo uso de metodologias que sistematizam um esquema de conteúdos. Desse modo, para o bom desempenho do ensino, o professor da disciplina deve conduzir suas aulas guiadas por um bom plano de ensino.

Para que haja aprendizado é necessário que o professor motive os alunos. De acordo com Fonseca (2010), o professor tem como papel despertar a curiosidade, indagar a realidade e problematizar, fazendo com que transforme os obstáculos em dados de reflexão para entender os processos educativos.

Nesse sentido, existe a necessidade de que o professor receba formação adequada em termos de conhecimento científico e didático e que, independentemente de titulação, o docente precisa motivar seus alunos para o seu desenvolvimento. Desse modo, é importante identificar se os conteúdos escolhidos e aplicados são suficientes para esse desenvolvimento.

Ademais, é essencial verificar os estudos desenvolvidos sobre o tema para obter melhor compreensão e ter visão de tendências que versam sobre o assunto.

2.4 Estudos anteriores

Analisando os estudos mais recentes, identificou-se que Limongi e Miguel (2010) analisaram o impacto da atividade lúdica no desempenho de alunos que cursam a disciplina “Perícia Contábil” em Cursos de Graduação em Ciências Contábeis ofertados por instituições de ensino superior da região da Grande Florianópolis, em Santa Catarina. Os resultados junto aos professores questionados demonstraram que: o ensino das principais etapas e/ou fases de um processo judicial ocorre na maioria das IES (86%); o ensino das principais atividades do perito do juízo e do assistente técnico é realizado em todas as instituições de ensino superior analisadas; e para 66,67% dos professores os problemas na disciplina de Perícia Contábil estão relacionados às dificuldades dos alunos na área do Direito.

Peleias *et al.* (2011) analisaram as condições de ensino da disciplina Perícia Contábil em dois grupos de cursos, um classificado pelo ENADE e outro por acessibilidade. Seus resultados declarados sinalizam que os cursos classificados pelo ENADE possuem melhores condições de



ensino, revelando maiores preocupações e cuidados com: estratificação dos grupos de conteúdos oferecidos, completude dos planos de ensino, variação nas estratégias de ensino, ênfase em determinados grupos de conteúdos e variedade nos critérios de avaliação.

Soares *et al.* (2012) pesquisaram sobre as características do ensino de Perícia nos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras. Declaram que seus resultados mostram que os principais tópicos abordados na disciplina são o laudo pericial, a legislação acerca da perícia e do perito, os procedimentos da realização da perícia, conceitos e áreas de abrangência da Perícia Contábil, e ainda identificaram que a disciplina é ministrada sempre entre o quinto e décimo semestres e que em quase todas as universidades analisadas a disciplina é obrigatória.

França e Barbosa (2015) verificaram como as IES ofertam o conteúdo de perícia contábil visando a preparar seus egressos para atender ao mercado de Perito-Contador. Os resultados finais obtidos mostram que os alunos que cursaram o conteúdo curricular se interessam pela perícia, no entanto, há um alto grau de desinformação sobre desafios e oportunidades do mercado de perito-contador. Esses resultados sugerem a necessidade de que as IES promovam adequação curricular para eliminar as deficiências evidenciadas.

Rodrigues, Moreira, Firmino e Silva (2016) analisaram a percepção dos alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis referente à qualidade do ensino da Perícia Contábil e sua preparação para inserção no mercado de trabalho. Identificou-se que as universidades apresentam uma qualidade de ensino razoável e que o pouco contato e conhecimento do ramo por parte dos alunos de graduação representam a grande dificuldade para expansão do mercado de trabalho em Perícia Contábil.

No cenário internacional o estudo de Rezaee, Crumbley e Elmore (2006) reúne opiniões de acadêmicos e profissionais dos Estados Unidos sobre a importância e oferta do ensino da Perícia Contábil. Por meio dessa pesquisa, os autores concluem que a demanda e o interesse pela Perícia Contábil tendem a aumentar nos próximos anos, pois mais universidades planejam oferecer o ensino da perícia contábil em seus projetos pedagógicos.

Okoye e Chukwunedu (2011) pesquisaram se na percepção de professores de contabilidade da Nigéria, uma ênfase das técnicas em perícia, com base em custo benefício, seria capaz de aumentar a capacidade de auditores descobrirem fraudes. Os achados sinalizam que tal ênfase poderia ter impactos positivos tanto na educação quanto nas práticas contábeis.

Observa-se que os estudos da área têm desenvolvidos esforços para conhecer em maior profundidade como a Perícia Contábil é ensinada, contudo tais estudos são fragmentados, abordando partes específicas, como a percepção dos estudantes, os conteúdos que são passados, o impacto com a aplicação de uma metodologia, avaliação do ensino entre outros.

Portanto, o presente estudo se diferencia dos demais desenvolvidos até o momento, em virtude de analisar como se constitui o corpo de conhecimento aplicado ao ensino em Perícia Contábil nos programas de graduação em contabilidade, como os conteúdos abordados, teorias aliadas ao ensino, obras e autores clássicos.

Diante da exposição da revisão da literatura, na sequência apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa.

3 Metodologia

Neste capítulo, apresenta-se a classificação da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise de dados, assim como as categorias de análise.





Diante da necessidade de definir o delineamento da pesquisa, Beuren (2009) salienta as tipologias que acredita serem mais aplicáveis a esta área do conhecimento, agrupadas em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Esta pesquisa, quanto aos seus objetivos, classifica-se, como explicativa, pois visa explicar como se constitui o corpo de conhecimento aplicado ao ensino em Perícia Contábil nos programas de graduação em contabilidade. No que tange aos procedimentos, se classifica como um estudo de casos múltiplos, em virtude de estudar conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno. Em relação à abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa, visto que estudou o fenômeno em profundidade, buscando explicações para sua ocorrência.

No que se refere à aplicação, se classificará como teórico-empírica, pois analisou com base em experiências reais, o ensino de Perícia Contábil em cursos de graduação de contabilidade.

O presente estudo tem por base a pesquisa realizada por Villar (2014), que analisou o ensino e a pesquisa em estratégia nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em administração no Brasil.

Inicialmente, realizou-se uma busca no site da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre os cursos de mestrado e doutorado recomendados. No entanto, poucos são os programas que ofertam tais cursos na área da contabilidade e, dos que existem, raramente lecionam a disciplina de Perícia Contábil. Por outro lado, a oferta nos cursos e graduação é mais significativa.

Optou-se pelos cursos de graduação em contabilidade listados no Enade, ofertado por universidades públicas e privadas, em razão de existir apenas um único curso de pós-graduação *stricto sensu* que oferta a disciplina de Perícia Contábil.

Desse modo, as IES participantes da pesquisa estão listadas na tabela a seguir:

Tabela 2. IES participantes desta pesquisa

Instituição	Denominação da Disciplina
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Cascavel)	Perícia Contábil, Medição e Arbitragem
Universidade Estadual do Paraná	Auditoria e Perícia Contábil
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Perícia
Universidade da Região de Joinville	Perícia Contábil
Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon	Perícia Contábil
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Foz do Iguaçu)	Perícia Contábil
Faculdade Assis Gurgacz	Perícia, Avaliação e Arbitragem
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (M. C. Rondon)	Perícia Contábil
Universidade Paranaense	Auditoria e Perícia Contábil
Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense	Perícia, Avaliação e Arbitragem
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Perícia e Arbitragem
União de Ensino Superior do Paraná	Perícia Contábil

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).

Observa-se que as 12 IES possuem no curso de Ciências Contábeis a disciplina de Perícia Contábil, embora 2 são ministradas em conjunto com a disciplina de Auditoria. Ressalta-se, ainda que, dez IES são do Paraná, uma é de Santa Catarina e uma do Mato Grosso do Sul.



Os sujeitos da pesquisa são os docentes que lecionam a disciplina de Perícia Contábil nessas instituições. Para a coleta dos dados, foi adotado como instrumento o roteiro de entrevista semi-estruturada.

Os procedimentos de coleta e análise, seguiram as orientações de protocolo de estudo de caso com base em Yin (2005), observando os seguintes procedimentos:

- a) uma visão geral do projeto do estudo de caso: o método de pesquisa adotado foi o estudo de caso múltiplos em IES públicas e privadas, que ofertam no curso de contabilidade a disciplina de Perícia Contábil. A visão geral consiste em analisar como se constitui o corpo de conhecimento nessa área;
- b) procedimentos de campo: adaptou-se o roteiro de entrevista proposto por Villar (2014). As entrevistas foram realizadas de dezembro/2020 até março/2021 de forma virtual pela plataforma Zoom, e gravadas por um aparelho celular. A duração total é de aproximadamente 2h30min. A transcrição resultou em aproximadamente 42 páginas, em *Times New Roman*, tamanho 12 e espaçamento simples;
- c) questões do estudo de caso: as questões do protocolo servem como lembretes das informações que precisam ser coletadas, portanto, as perguntas direcionadas aos pesquisadores são: a pesquisa é viável? Quais os benefícios? Os objetivos estão sendo alcançados? A questão da pesquisa está sendo respondida através dos instrumentos de coleta de dados? As perguntas estão alinhadas com o objetivo da pesquisa?;
- d) guia para o relatório do estudo de caso: o relatório principal do estudo é este artigo. Como forma de conduzir a elaboração, teve-se precaução de adaptar a entrevista de acordo com as necessidades de informações para a análise dos dados, não havendo necessidade de reaplicação. Para as análises, triangulou-se os planos de ensino, currículos e entrevistas.

Assim, o roteiro da entrevista foi adaptado com base em Villar (2014), o qual está estruturado inicialmente pelos dados do entrevistado, em seguida as questões voltadas para identificar o corpo de conhecimento em perícia contábil, as teorias de base e teorias de perícia contábil, bem como as abordagens, conceitos e obras científicas utilizadas pelos professores.

Além disso, para atingir a triangulação, foi feita a pesquisa documental dos currículos *lattes* de todos os participantes da pesquisa e os planos de ensino da disciplina de Perícia Contábil de cada sujeito para comparar com as entrevistas realizadas.

Os currículos foram baixados da plataforma e os planos de ensino disponibilizados pelos entrevistados. Obtiveram-se onze planos de ensino. Nos currículos analisaram-se as pesquisas realizadas, vínculo profissional e cursos realizados na área. Já no plano, a ementa, metodologia, formas de avaliação e bibliográficas utilizadas.

Com relação às categorias de análise, Villar (2014) buscou integrar o papel social e o corpo de conhecimento em estratégia e as escolhas pedagógicas e metodológicas para o ensino e a pesquisa, bem como a influência dessa integração sobre o desenvolvimento do conhecimento no campo de ensino e pesquisa em estratégia.

Entretanto, para o presente estudo adotou-se somente a categoria de análise “Corpo do Conhecimento em Perícia Contábil”, a qual se identificou as teorias de base, abordagens, conceitos e obras científicas utilizadas pelos professores.



Em relação à análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2015), através da técnica de análise categorial, onde foi possível verificar quantas vezes os temas foram invocados, efetuando as operações de desmembramento do texto em unidade, em categorias e, em seguida os reagrupamentos analógicos.

A pesquisa tem como limitação, por se tratar de um estudo de casos múltiplos, os resultados obtidos não se aplicam a outros contextos. Quanto à entrevista, a pesquisa limita-se pelas diferenças de entendimentos e interpretações e falta de respostas concisas. Além disso, o próprio entrevistado pode prejudicar a pesquisa respondendo de maneira tendenciosa ou ocultando fatos essenciais para o estudo.

Posto isto, na próxima seção apresenta os resultados da pesquisa.

4 Análise dos Resultados

Esta seção apresenta os resultados obtidos através da coleta de informações e dados.

4.1 Corpo de conhecimento para o ensino em Perícia Contábil

Para a análise, exploraram-se, conjuntamente, os resultados das doze entrevistas realizadas com os professores da disciplina de Perícia Contábil, ministrada nos programas de graduação em Ciências Contábeis e os onze planos de ensino obtidos por meio da coleta documental.

Conforme apresentado anteriormente, foram entrevistados doze professores, sendo dez do Paraná, uma de Mato Grosso do Sul e um de Santa Catarina. Dos participantes, 50% é do gênero masculino e 50% do gênero feminino.

O corpo de conhecimento nesta pesquisa compreende as teorias de base de outras áreas do conhecimento que impactam ou impactaram o seu desenvolvimento e as teorias de Perícia Contábil empregadas, os conceitos e abordagens utilizados e as obras científicas consultadas para ensinar.

Ao analisar o conceito que melhor representa o termo Perícia Contábil, o entrevistado 1 afirma que:

“(...) a perícia é a busca pela verdade e essas verdades são do autor, do réu e do juiz. O juiz lê o que foi trazido ali e acha que a verdade é uma, aí depois tem que confirmar com a perícia. E a verdade de uma das partes é outra verdade da outra parte. Então vai se juntar essas verdades e a perícia vai verificar qual que é a verdadeira verdade. (...) Então, a questão da verdade, a busca da verdade eu acho que é mais certa nesse contexto.”
(ENTREVISTADO 1)

O Entrevistado 6 afirma que o conceito que melhor representa é “(...) o conceito que a NBC trata (...). É um método técnico científico, que através, agora do conceito em si, é basicamente parte do conhecimento (...).” O Entrevistado 11 também destaca que “(...) é uma técnica ou uma ciência baseada em métodos científicos que oferecem elementos de provas para que alguém (...).”

Ademais, o Entrevistado 2 ressalta que:

“(...) a perícia é uma prova produzida e está prevista no código civil. (...) prova produzida porque ela não é uma prova natural, não é a arma do crime, não é a vítima, não é um testemunho e é através da coleta de informações, elementos e indícios que



você forja um relatório, baseado nos fundamentos científicos que existe né, e legal, para resolver parte ou resolver pontualmente aquilo que foi perguntado.” (ENTREVISTADO 2)

Com relação às teorias de base, todos os participantes revelam que não aliam qualquer teoria ou vertente teórica ao ensino, no entanto, o entrevistado 1 revela que tem intenção em aliar algumas teorias com futuras pesquisas, como a “(...) teoria da expectativa, teoria da estruturação adaptativa, teoria do ator-rede, teoria da responsabilidade, a nova economia institucional (...)”.

O Entrevistado 10 ressalta que “(...) nessa disciplina no momento não tenho conhecimento de aplicação de alguma teoria de base. O nosso foco está mais no aspecto legal dentro da disciplina. Então, nós pegamos aí as normas, regulamentações e a legislação (...)” Ademais, o Entrevistado 12 também revela que busca:

“(...) diversas fontes de livro que abordam as perspectivas da perícia de formas diferentes, mas que elas consigam contribuir e convergir com o entendimento geral da perícia, do que a perícia de fato é e qual é a contribuição dela, enfim. Então, não uso somente uma vertente sobre a perícia, eu tento trazer vários livros de autores diferentes para tentar trabalhar essa junção.” (ENTREVISTADO 12)

Quanto aos conteúdos ministrados, realizou-se uma análise das ementas dos planos de ensino. Selecionaram-se as onze ementas de seus respectivos planos de ensino, as quais foram transcritas para um único documento, o qual somou 480 palavras com, aproximadamente, 1 páginas de conteúdo (editor de texto, fonte 12, espaço simples). Submeteu-se o documento a uma primeira análise para geração de uma nuvem de palavras dos seus conteúdos, o que permitiu observar que, além das palavras “perícia” e “contábil”, “perito, trabalho, laudo, norma, legislação, arbitragem, técnica, contador, estudo, assistente e tipo” apresentam elevada frequência nas ementas.

Os resultados da pesquisa colaboram com os achados de Limongi e Miguel (2010) de que é ensinado as principais atividades/trabalho do perito do juízo e do assistente técnico.

Para a análise das obras e autores empregados nas disciplinas de Perícia Contábil, relacionaram-se as referências e bibliografias dos planos de ensino em planilha eletrônica. Os 63 títulos obtidos foram classificados por tipo, ano, título e autor. Na Tabela 3, discriminam-se as obras científicas por tipo, com o objetivo de verificar o material empregado nas aulas.

Tabela 3. Divisão das obras científicas analisadas por tipo

Tipo	N.	%
Artigos Científicos	0	0
Capítulos de Livro	0	0
Livro	54	85,71
Normas	7	11,11
Revistas	2	3,18

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).

Observa-se que o emprego dos livros no ensino da Perícia Contábil consiste em um padrão de ação dos professores. Notou-se, também, que algumas normas como Novo CPC, NBC's e outras legislações. Também foram citados dois portais de revistas, mas, não foi especificado quais artigos foram utilizados.



No entanto, o Entrevistado 5 afirma que “De perícia (...) não vejo nenhum artigo como base. Eu tenho normalmente observado alguns e tem alguns artigos que utilizo como embasamento teórico, mas para coisas pontuais (...).”. Ademais, o Entrevistado 9 cita que “(...) Os artigos, infelizmente nós temos uma massa produtiva de artigos em que o foco deles é o número de publicações e nem sempre é na qualidade e na tempestividade, infelizmente.”

Além da discriminação do referencial por tipo, exposto na Tabela 3, apresenta-se, na Tabela 4, a divisão dos livros especificados nas ementas por ano de publicação. A análise dessas obras sob o enfoque do ano de publicação objetiva identificar a atualidade dos planos de ensino.

Tabela 4. Divisão, por ano, dos livros especificados nas ementas analisadas

Ano	1995 - 1999	2000 - 2004	2005-2009	2010-2014	2015-2019	Após 2020
N	1	12	13	13	14	1
%	1,85	22,22	24,07	24,07	25,94	1,85

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).

O referencial da disciplina em Perícia Contábil, em conformidade com a análise temporal de suas publicações, compreende artigos clássicos, ou seja, artigos tradicionais da área que contribuíram para o seu desenvolvimento.

O Entrevistado 11 cita que quando se “(...) assume uma disciplina, você pega a ementa e tem que trabalhar aquela ementa (...), e basicamente a gente percebe que é também decorrente dos clássicos da perícia (...)”. Entretanto, ressalta que “(...) as normas de perícia mudaram agora em 2020 e trouxe algumas coisas que esses livros já estão desatualizados. Então, (...) a gente tem que tomar muito cuidado (...)”.

Embora os entrevistados tenham explorado essa importância da atualização da disciplina, verificou-se que 52,86 % dos livros foi publicado após 2010 e somente 1,85% possuía publicação datada dos anos de 1995-1999.

Em relação aos livros referenciados nas disciplinas, dos professores participantes da pesquisa, apresenta-se, na Tabela 5, os títulos com maior frequência nos planos de ensino analisados.

Tabela 5. Relação dos livros mais referenciados

Título	Autores	Ano	N.	%
Perícia Contábil	SÁ, Antonio Lopes de.	2011	5	9,26
Perícia Contábil: Uma Abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional	MAGALHÃES, Antonio de Deus F.; SOUZA, Clóvis de; FAVERO, Hamilton Luiz; LONARDONI, Mário.	2009	4	7,41
Perícia Contábil	ORNELAS, Martilho Maurício Gomes de.	2011	3	5,56
Perícia Contábil	ALBERTO, Valder Luiz Palombo.	2007	2	3,70
Perícia Contábil	ALBERTO, Valder Luiz Polombo.	2010	2	3,70
Auditoria: um curso moderno e completo: textos, exemplos e exercícios resolvidos, atualizada pelas leis n. 11.638/07 e 11.941/09	ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti.	2010	2	3,70
Auditoria: conceitos e aplicações	ATTIE, William.	2010	2	3,70
Perícia Contábil	COSTA, João Carlos Dias da.	2017	2	3,70
Auditoria Contábil: teoria e prática	CREPALDI, Silvio A.	2010	2	3,70



Auditoria Contábil: normas de auditoria. Procedimentos e papéis de trabalho. Programas de Auditoria. Relatório de Auditoria	FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto.	2001	2	3,70
Prova Pericial Contábil - Aspectos Práticos e Fundamentais	HOOG, Wilson Alberto Zappa.	2002	2	3,70
Perícia Contábil. Uma abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional. Casos Praticados	MAGALHÃES, Antonio de Deus F.	2017	2	3,70
Perícia Contábil nos Processos Cível e Trabalhista	MAGALHÃES, Antonio de Deus F.; LUNKES, Irtes Cristina.	2008	2	3,70
Perícia Contábil: judicial e extrajudicial	MOURA, Ril.	2018	2	3,70
Perícia Contábil	ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de.	2003	2	3,70
Perícia Contábil	ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de.	2008	2	3,70
Perícia Contábil: Diretrizes e Procedimentos	ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de.	2017	2	3,70
Fundamentos da perícia contábil	SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; GOMES, José Mário Matsumura.	2006	2	3,70

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).

Os livros referenciados na Tabela 5 são obras seminais dos principais autores do campo. Destacam-se as obras de autores como Sá, Magalhães, Souza, Favero, Lonardoni e Ornelas. Tais obras abordam a parte conceitual da área, a sua aplicação e procedimentos.

Ao analisar os planos de ensino, observou-se que a amostra corresponde um total de 43 autores citados. A tabela a seguir expõe os 12 autores mais citados nos documentos analisados.

Tabela 6. Relação dos autores mais referenciados

Autores	N.
MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias	10
ORNELAS, Martilho Maurício Gomes de.	9
SÁ, Antonio Lopes de.	9
ADALBERTO, Valder Luiz Palombo.	6
HOOG, Wilson Alberto Zappa.	6
SOUZA, Clóvis de;	5
FAVERO, Hamilton Luiz;	5
LONARDONI, Mário.	4
ATTIE, William.	3
COSTA, João Carlos Dias da	3
CREPALDI, Silvio Aparecido	3
ZANNA, Remo Dalla.	3

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2021).

A Tabela 6 aponta Magalhães como o autor mais referenciado pelas disciplinas estudadas. Ademais, há também Ornelas, Sá, Adalberto, Hoog, Souza, Favero, Lonardoni, Attie, Costa, Crepaldi e Zanna em destaque no campo.

Sobre a mudança de enfoque da disciplina, o Entrevistado 4 destaca que “(...) o que mudou na realidade do curso é que a partir desse ano ele passou a ser semestral (...) tem Perícia Contábil 1 e Perícia Contábil 2, o primeiro tem muito mais a parte teórica, conceitual e tudo



mais, e no 2 é muito mais a vivência prática (...).” Já, os demais entrevistados, citam que a mudança maior foi sair da teoria e buscar mais a parte prática.

Com relação ao estágio atual do corpo de conhecimento em Perícia Contábil no Brasil e as perspectivas para o futuro os entrevistados revelam que:

“(...) a pesquisa acadêmica tem muito a evoluir, (...) uns cinco ou seis anos atrás tinha bem menos artigos em perícia, mas, na maioria dos artigos que eu vejo é meio que repetições (...)”. (ENTREVISTADO 3)

“(...) na minha opinião, é que falta bastante em termos de biografias, é o passo a passo, não de fazer perícia contábil, mas de ministrar a disciplina de perícia contábil, que tópicos que a gente tem que colocar como importante, então, é nesse sentido que seria algo desafiador que a gente podia tentar trabalhar.” (ENTREVISTADO 4)

“(...) como eu hoje tenho uma visão muito científica, devido a estar em um estudo mais científico, eu acho que ainda é precário. Não se tem um grupo de pesquisa que visa questões científicas que envolvam perícia (...)”. (ENTREVISTADO 6)

“(...) a perspectiva que eu tenho é de que a perícia no Brasil seja mais divulgada e seja mais estruturada, eu sei que hoje há alguns encontros de peritos, mas, isso, ainda, está assim meio longe no meu dia-a-dia (...), nós teríamos que unir as nossas classes para eles trabalharem mais nessa parte de divulgação da perícia e o fortalecimento dela, porque nesses encontros é que você acaba descobrindo, às vezes, situações similares e consegue resolver várias outras questões ou melhorar o teu próprio trabalho (...)”. (ENTREVISTADO 8)

“(...) ela não é muito debatida, é um dos ramos da contabilidade (...) que menos têm profissionais interessados (...) e nós enquanto profissionais, também temos muito a evoluir ainda, temos muito a estudar e nos aperfeiçoarmos. (ENTREVISTADO 12)

Em síntese, ao analisar as questões sobre o corpo de conhecimento, observou-se que os entrevistados, em sua maioria, adotam os livros, as resoluções do CFC e o CPC, recorrendo como o perito deve atuar, quais as esferas em que atua, de que forma atua, como é elaborado o laudo, etc., utilizando a bibliografia consagrada da área, artigos, legislações e até mesmo questão de concursos adaptadas de outras áreas, como de auditoria. Aplicam, também, casos de ensino, para que os alunos tenham compreensão e questionem. Os entrevistados citam também algumas teorias utilizadas de forma indireta em sala que seria a do direito, legalista e garantivista, e algumas direcionadas as pesquisas como a teoria do gerenciamento da impressão de Goffman, e que pretendem trabalhar com outras, como: a teoria da expectativa, teoria da estruturação adaptativa, teoria do ator-rede, teoria da responsabilidade e a nova economia institucional. Com relação ao conceito de perícia, os entrevistados citam que concordam com a norma e que, simplesmente é a busca da verdade.

Com relação ao papel, como os professores da disciplina de Perícia Contábil realizam ações repetidas e recorrentes, observa-se que partilham e interagem entre si, formando um mundo social. Nota-se também que o papel desses professores consiste na internalização de normas e valores, sendo que a aprendizagem ocorre através da interação entre o professor e o aluno, que é realizada pelo uso de metodologias citadas pelos participantes que sistematizam um esquema de conteúdos.



5 Conclusão

Considerando o fato que a presente pesquisa tem como objetivo analisar como se constitui o corpo de conhecimento em Perícia Contábil nos cursos de graduação em Contabilidade, entrevistou-se professores que lecionam a disciplina de Perícia Contábil em doze instituições de ensino.

Com relação ao objetivo específico de identificar os conhecimentos destacados pelos docentes como essenciais para o seu trabalho, observou-se que os entrevistados destacaram que é essencial a relação da teoria com a prática, bem como a necessidade constante de atualização para transmitir aos alunos os conhecimentos sobre as resoluções do CFC, o CPC, a parte processualística da perícia, bem como discorrer a atuação do perito, quais as esferas em que atua, de que forma atua, como é elaborado o laudo, e etc.

É citado também algumas teorias que utilizam e que pretendem aplicar no campo da Perícia Contábil, como: gerenciamento da impressão, a teoria da expectativa, teoria da estruturação adaptativa, teoria do ator-rede, teoria da responsabilidade e a nova economia institucional.

Com relação ao objetivo específico de identificar as obras clássicas utilizadas nesta área, destacam-se as obras de autores como Sá, Magalhães *et al.* e Ornelas. Tais obras abordam a parte conceitual da área, a sua aplicação e procedimentos. Como autores essenciais para o ensino em Perícia Contábil os achados apontam Magalhães como o autor mais referenciado pelas disciplinas estudadas, seguido de Ornelas, Sá, Adalberto, Hoog, Souza, Favero, Lonradoni, Attie, Costa, Crepaldi e Zanna que tratam sobre os aspectos da área.

Com base no problema da pesquisa, em analisar como se constitui o corpo de conhecimento, destaca-se algumas questões que são problemas para o ensino e a pesquisa de Perícia Contábil relatada pelos entrevistados, como: a) há poucos autores com abordagens básicas, sem aprofundamento; b) as pesquisas também são básicas sem muita diversificação e profundidade; e c) há falta de fonte de dados para pesquisa, pois é difícil o acesso a processos.

Enfim, é importante destacar que existem barreiras para o crescimento na área, como a limitação de acesso e a falta de oportunidade para publicações, que acabam desmotivando o desenvolvimento no campo. Além disso, sugere-se que tanto o MEC quanto a CAPES, dinamizam os processos para que haja uma maior flexibilização no ensino da área contábil.

No aspecto teórico, a pesquisa contribuir para o aprimoramento do campo de ensino em Perícia Contábil, identificando os conteúdos e obras mais utilizadas, baseado na Sociologia do Conhecimento de Berger e Luckmann que permite uma análise do papel do professor na escolha do corpo de conhecimento da disciplina para transmitir aos alunos. No aspecto prático espera-se que o estudo possa dar subsídios para a atuação do professor, na construção de sua disciplina e na formação dos futuros profissionais da Perícia.

Como limitação da pesquisa, os resultados apresentados são próprios das doze instituições em estudo e que, pelas características da pesquisa, não podem ser generalizados para outras IES. Contudo, possibilita a generalização analítica, pois de acordo com Yin (2005) é sempre possível gerar hipóteses que possam ser testadas em outros contextos (replicação) e, caso sejam reiteradamente confirmadas, podem ser generalizadas para contextos similares, denominada “generalização analítica”.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a pesquisar em outras IES, como também com diferentes professores e até mesmo com alunos que estão envolvidos nessa área, com o objetivo de estudar as semelhanças e diferenças relacionadas com o corpo de conhecimento



aplicado ao ensino em Perícia Contábil.

Referências

- Alberto, Valder Luiz Palombo. (1996). *Perícia Contábil*. São Paulo: Atlas.
- Antônio, Simone dos Santos. (2010). A prática docente no processo de aprendizado discente. *Psicopedagogia On Line*.
- Bardin, Laurence. (2015). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas. (2004). *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Editora Vozes: Petrópolis.
- Beuren, I.M. (2009). Trajetória da construção de um trabalho monográfico em Contabilidade. In: I. M. Beuren (Org.), *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e prática*. (3. ed., pp. 46-75) São Paulo: Atlas.
- Brasil. *Decreto n. 1.339, de 9 de janeiro de 1905*. Declara instituições de utilidade pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caracter official; e dá outras providências.
- Brasil. Congresso Nacional. Lei Nº 1.401, de 31 de julho de 1951. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e atuariais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1951.
- _____. *Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015*. Dispõe sobre o Novo código de Processo Civil.
- _____. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.
- França, José Antônio De; Barbosa, Aline Borges. (2015) O Ensino da Perícia Contábil em Brasília: Percepções dos estudantes do curso de ciências contábeis. *Revista Catarinense de Ciência Contábil (CRCSC)*. V. 14, n. 43, p. 63-73.
- Fonseca, Solange Gomes da. (2010). Uma viagem ao perfil e a identidade dos alunos e do professor da educação de jovens e adultos (EJA). *Psicopedagogia On Line*.
- Garcia, E.; Cordeiro, M.; Marion, J. C. (1999). Discussão sobre metodologias de ensino aplicáveis à contabilidade. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná*. Curitiba: CRC-PR, ano 25, n. 124, p. 32-36, jun.
- Henrique, Marcelo Rabelo. (2008). Análise das condições de ensino em perícia contábil em cursos de ciências contábeis na Grande São Paulo. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Contábeis) – fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP.
- Hoog, Wilson Alberto Zappa. (2012). *Perícia Contábil: Normas Brasileiras Interpretadas*. 5 ed. Curitiba: Juruá Editora.
- Júnior, Celso Machado; Souza, Maria Tereza Saraiva de; Parisotto, Iara Regina dos Santos; Palmisano, Angelo. (2016). A contribuição da sociologia do conhecimento para os estudos de institucionalização e legitimação do conhecimento do campo científico. *O&S – Salvador*, v. 23, n. 77, p.231-246.
- Kraemer, Maria Elisabeth Pereira. (2005). *Uma reflexão sobre o ensino da contabilidade*.
- Limongi, Bernadete; Miguel, Marco Antônio Bisca. (2010). O Impacto da Atividade Lúdica no Desempenho de Alunos que Cursam a Disciplina “Perícia Contábil” em Cursos de Graduação em Contabilidade Oferecidos por IES da Grande Florianópolis – SC. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 73-110, jul./set.
- Magalhães, Antonio De Deus Farias; Souza, Clóvis De; Favero, Hamilton Luiz; Lonardoni,



- Mário. (2009). *Perícia Contábil*. 7 ed. São Paulo: Atlas.
- Neves Junior, Idalberto José Das; Felix, Catyucia Andrade. (2009). Proposição de Núcleo de Práticas de Perícia Contábil na Universidade Católica de Brasília – UCB, a partir das experiências em cursos de direito. *Revista del Instituto Internacional de Costos*, ISSN 1646-6896, nº 5, julio/diciembre.
- Okoye, Emma Ik; Chukwunedu. (2011). Okaro S. *Forensic accounting audit expectation gap – The perception of accounting academics*.
- Peleias, Ivam Ricardo; *et al.* (2009). Análise das Condições de Ensino de Perícia Contábil em Cursos de Ciências Contábeis na Grande São Paulo. In: Congresso da ANPCONT, 3, 2009. *Anais...* São Paulo: ANPCONT,.
- Peleias, Ivam R.; Ornelas, Martinho M. G. De; Henrique, Marcelo R.; Weffort, Elionor F. J. (2011). Perícia Contábil: Análise das condições de ensino em cursos de ciências contábeis da região metropolitana de São Paulo. *Educação em Revista*, v. 27, n. 03, p. 79-108, dez.
- Pereira, Antônio C. (2006). O ensino de perícia contábil em Universidades Federais: aspectos curriculares. *Dissertação* (Mestrado em Contabilidade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Pereira, A, C. (2006). Perícia Contábil: conteúdo programático e propostas metodológicas. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Rezaee, Zabihollah; Burton, E. James. (1997). Forensic accounting education: insights from academicians and certified fraud examiner practitioners. *Managerial Auditing Journal*. Vol.12, n. 9, p.479–489.
- Rezaee, Zabihollah; Crumbley, D. Larry; Elmore, Robert C. (2006). Forensic Accounting Education: A Survey of Academicians and Practitioners. *Advances in Accounting Education*, Forthcoming.
- Rodrigues, Arthur Cascudo; Moreira, Felipe Silva; Firmino, José Emerson; Silva, Maurício Correa. (2016). A percepção dos alunos do curso de ciências contábeis acerca do ensino e do mercado de trabalho em perícia contábil. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)* – ISSN 2177-4153 – Vol. 14 n.2 – Abril/Junho.
- Sá, Antônio Lopes de. (2009). *Perícia contábil*. 9. ed. São Paulo: ATLAS.
- Singleton, Tommie W.;Bolona, G. Jack; Lindquist, Robert J.; Singleton, Aaron J. (2006). *Fraud auditing and forensic accounting*. 3rd. ed. New York: Wiley.
- Soares, Sandro V.; Farias, S.; Nunes, Gissele D. De F.; Limongi, Bernadete. (2012). O ensino de perícia contábil em Universidades Federais: Aspectos curriculares. *RRCF*, v.3, n. 2, Jul./Dez.
- Vasconcellos, C. S. (1995). *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat.
- Villar, Eduardo Guedes. (2014). Ensino E A Pesquisa Em Estratégia Nos Programas De Pós-graduação *Stricto Sensu* Em Administração No Brasil. *Dissertação* – Mestrado em Administração. Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração.
- Yin, Robert K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman.